

A qualidade das condições de trabalho dos empregados no meio rural da Região Sul — 2002 e 2005*

Carlos Alves do Nascimento**

Professor Adjunto II do Instituto de
Economia da Universidade Federal
de Uberlândia (UFU)

Régis Borges de Oliveira***

Mestrando do Curso de Desenvolvimento
Econômico do Instituto de
Economia da Unicamp

Irlene José Gonçalves Souto****

Graduanda e Pesquisadora de
Iniciação Científica (PBIIC-UFU) do
Curso de Ciências Econômicas da
Universidade Federal de Uberlândia

Samantha Rezende Mendes*****

Graduanda e Pesquisadora de
Iniciação Científica (PBIIC/CNPq)
do Curso de Ciências Econômicas da
Universidade Federal de Uberlândia

Resumo

Neste artigo, analisa-se a qualidade dos empregos agrícola e não agrícola na Região Sul, nos anos de 2002 e 2005. Utilizando-se os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para os residentes nas áreas rurais não metropolitanas, foram definidos dois grupos de ocupações agrícolas (trabalhadores permanentes e trabalhadores temporários) e cinco grupos de não agrícolas (trabalhadores da indústria, da construção civil, de comércio, alojamento e transporte, da educação e da saúde, trabalhadores dos serviços domésticos). Independentemente das diferentes ponderações do Índice de Qualidade do Emprego (IQE), os resultados indicaram um quadro mais favorável para os grupos de ocupações não agrícolas dos residentes rurais, para a maioria dos grupos de ocupações selecionados.

* Artigo recebido em jun. 2008 e aceito para publicação em out. 2008.

** E-mail: can@ie.ufu.br

*** E-mail: regisoliveira@gmail.com

**** E-mail: irlenegoncalves@yahoo.com.br

***** E-mail: samantha86_rezende@yahoo.com.br

Palavras-chave

Qualidade do emprego rural; Região Sul; atividades agrícolas e não agrícolas.

Abstract

In this paper, the quality of the agricultural and non agricultural job is analyzed in the South region in the period 2002-2004. The study was based on the micro-data extracted from the research entitled "Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)" for the residents in the rural non metropolitan area. There were defined two groups of agricultural occupations (permanent workers and temporary workers) and five groups of non agricultural ones (manufacturing workers, building and construction, trade, lodging and transport, education and health, and domestic services). Independently from the different IQE compositions tested, concerning rural residents the results indicated a more favorable situation for non agricultural group of occupations, for most of the groups of selected occupations.

Key words

Quality of the rural job; South Region; agricultural and non agricultural activities.

Classificação JEL: J01, J08, J21, J43.

1 Introdução

Até o final dos anos 70, os impactos negativos do processo de *modernização conservadora* da agricultura brasileira eram atenuados pela expansão do emprego industrial urbano, decorrentes das políticas industrializantes capitaneadas pelo Estado. Entretanto, a partir dos anos 80, essa capacidade possuída pelo setor industrial, de atenuar a queda contínua do emprego na agricultura, começou a se enfraquecer e a perder seu dinamismo quanto à geração de no-

vos postos de trabalho, mesmo nas fases ascendentes dos ciclos econômicos.¹ Nos anos 90, por sua vez, ficou clara a situação de incapacidade estrutural da indústria e da agricultura em gerar novas oportunidades ocupacionais, suficientes para absorver o grande exército de desempregados e de subempregados que aumenta a cada ano, no campo e na cidade.

Como agravante, algumas pesquisas² revelam uma mudança no perfil das ocupações urbanas, que, nos anos 70, eram compostas basicamente de empregos e de ocupações que exigiam pouca qualificação e, portanto, se constituíam em possibilidades de emprego para os migrantes recém-chegados do campo. Na década de 80, o mercado de trabalho urbano deixou de ser uma alternativa de inserção social para os pobres do campo, tendo em vista a crise em certos setores ocupacionais (indústria de transformação e construção civil), onde esses trabalhadores teriam melhores chances de emprego. As oportunidades de trabalho criadas nos setores urbanos, nos anos 80, já não favoreciam os novos migrantes, especialmente aqueles de origem rural, e, com o processo de reestruturação produtiva vivenciado pela economia brasileira nos anos 90, essa situação aprofundou-se (Pochmann, 2000; 2001).

Por outro lado, no entanto, esse quadro geral de desemprego estrutural, tanto na indústria quanto na agricultura, está impondo à sociedade brasileira uma “adequação criativa” ao novo mundo do trabalho que se delineia já no presente. Em resposta ao conjunto de transformações sofridas pela agricultura e pela indústria nas últimas décadas, traduzindo-se em saturação dos empregos de natureza industrial e agrícola, percebe-se, no Brasil, a proliferação de atividades não agrícolas nas áreas rurais do País, revelando a capacidade criativa e adaptativa da sociedade face às condições impostas pelos novos tempos. Nas áreas rurais, especificamente, a “saída” para a população residente foi encontrar ocupações fora da agricultura, no próprio campo ou nas cidades. São sinais de “esperança” que surgem com a multiplicação por todas as áreas rurais do País, de maneira praticamente espontânea — a despeito da quase completa ausência de políticas públicas que caminhem nessa direção —, uma diversidade de atividades não agrícolas, assim como também de novos “usos” e “funções” dos espaços rurais (Campanhola; Silva, 2000; 2004; Grossi, 1999; Abramovay, 2000; Veiga, 2001; 2006).

Como forma de adaptação a essa nova configuração, o trabalhador rural ou os membros de sua família vão buscar complementar a sua renda e a de sua família em outras atividades que não sejam atividades agrícolas. As famílias

¹ Conforme Mattoso e Baltar (1996).

² Ver, por exemplo, Baltar, Dedecca e Henriques (1982).

rurais agrícolas vão se tornando pluriativas — ou seja, passam a combinar atividades agrícolas com atividades não agrícolas — ou famílias não agrícolas — quer dizer, famílias cujos membros que se encontram ocupados se dedicam a atividades estritamente não agrícolas —, e, dessa forma, o meio rural deixa de ser sinônimo de agricultura, passando a conviver com atividades antes consideradas tipicamente urbanas (Campanhola; Silva, 2000; 2004; Nascimento, 2002).

Nesse sentido, são inúmeros os trabalhos que apontam para o crescimento das atividades não agrícolas no meio rural, refletindo uma inusitada tendência ocupacional nessas áreas.³ A novidade apontada por esses trabalhos reside justamente no fato de que se começa a reconhecer que, em determinados contextos regionais, o rural deixou de ser identificado exclusivamente com as atividades agropecuárias.

Partindo dessas considerações iniciais, o presente trabalho procura contribuir com o avanço desse esforço de estudar as mudanças por que estão passando as áreas rurais do País. Focamos nossa análise, no entanto, na investigação da qualidade das novas atividades rurais não agrícolas, em comparação à qualidade das atividades agrícolas, detendo-se a observação sobre a População Economicamente Ativa empregada (PEA assalariada), residente nas áreas rurais não metropolitanas da Região Sul do Brasil. Para atingir esse objetivo geral, construímos Índices de Qualidade do Emprego (IQEs) relativos aos trabalhadores assalariados rurais e aos urbanos sulinos para os anos de 2002 e 2005.

Restringimos nossa análise aos trabalhadores assalariados, residentes nas áreas não metropolitanas sulinas rurais e urbanas, de modo que o trabalho consistiu em uma análise comparativa dos IQEs entre as atividades agrícolas e não agrícolas dos assalariados rurais, assim como também entre os IQEs dos assalariados rurais e dos urbanos — neste último caso, entre grupos de atividades semelhantes; ou seja, agrícola com agrícola e não agrícola com não agrícola, conforme detalhamento a seguir.

Para a construção do IQE, utilizamos os microdados da **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**, de 2002 e 2005 (PNAD, 2002; 2005). Não adotamos o ano de 2001, devido a mudanças ocorridas na metodologia utilizada pelo IBGE a partir do ano de 2002, o que impossibilitou a comparação com os anos anteriores, por exemplo, 2001.

³ Na União Européia, a pesquisa mais ampla nesse sentido foi realizada por uma equipe interdisciplinar chamada Arkleton Trust (1992). No Brasil, inúmeros avanços no estudo desse tema têm sido desenvolvidos pelo Projeto Rurbano (NEA-IE-Unicamp), cujos trabalhos se encontram compilados em sete volumes, intitulados, de forma genérica, **O Novo Rural Brasileiro** (Campanhola; Silva, 2000; 2004).

Tomamos como referência o trabalho de Balsadi (2000) para a criação dos IQEs para a Região Sul do Brasil. Esse autor foi o primeiro, no âmbito do Projeto Urbano, a realizar esse esforço de investigação das condições de trabalho assalariado da população rural em atividades não agrícolas, comparativamente às atividades agrícolas, e suas congêneres urbanas. A pesquisa de Balsadi (2000) foi realizada para o Estado de São Paulo. Sempre que convier, faremos menções comparativas dos IQEs da Região Sul com os IQEs de São Paulo.

O Emprego Rural Não Agrícola (ERNA) é assim denominado no caso de a pessoa estar ocupada em atividades não agrícolas. Isso é importante para diferenciar essa categoria das demais nas Ocupações Rurais Não Agrícolas (ORNA), que incluem os conta-própria, os empregadores e os não remunerados. Portanto, não será contrastada a PEA rural total ocupada em atividades agrícolas e não agrícolas, pois as ocupações (profissões) dos conta-própria, dos empregadores e dos não remunerados são muito mais difíceis de se padronizar, para compará-las nas duas atividades (Balsadi, 2000).

Trabalhou-se, portanto, apenas com os dados dos empregados (agrícolas e não agrícolas) em algumas das principais profissões, agrupadas por características comuns, como será descrito adiante. O objetivo é comparar apenas os trabalhos de densidades e conteúdos semelhantes (assalariado com assalariado, segundo algumas características principais).

O artigo está organizado, além desta **Introdução**, em mais três seções: a primeira apresenta a metodologia utilizada na pesquisa; a análise dos resultados da pesquisa é exposta na segunda seção; e, na última seção, são esboçadas as **Considerações finais**.

2 A metodologia da pesquisa

2.1 Seleção dos grupos de atividades agrícolas e não agrícolas para a construção dos Índices de Qualidade do Emprego

As variáveis selecionadas para a análise das características da PEA rural agrícola e não agrícola, com posição na ocupação de assalariados (homens e mulheres), foram as seguintes: idade; jornada semanal de trabalho; formalidade (carteira assinada); contribuição da previdência social; rendimento mensal; auxílios recebidos (moradia, alimentação, transporte, educação e saúde).

Para as atividades não agrícolas, trabalhamos com os grupos de ocupações de serviços domésticos, construção civil, educação, saúde, comércio, in-

dústria (composição de indústria de transformação *com* outras atividades industriais)⁴ e transporte (motorista).

As ocupações que compõem os serviços domésticos são: cozinheira doméstica, diarista doméstica, lavadeira doméstica, governanta e mordomo no serviço doméstico e atendente doméstico, jardineiro, etc. Foram selecionados 100% dos trabalhadores, homens e mulheres, nessa atividade.

O grupo da construção civil é composto por uma lista grande de ocupações, tais como pedreiro, ajudante de obras civis, supervisores da construção civil, trabalhadores de estruturas de concreto, etc. Os códigos dessa lista de ocupações selecionadas correspondem a 76,72% dos trabalhadores homens, residentes rurais, no referido ramo. As mulheres rurais sulinas estavam pouco representadas nesse ramo, razão pela qual não analisaremos as condições de trabalho para esse grupo.

O conjunto da saúde é formado pelos profissionais das ocupações, tais como: técnicos e auxiliares de enfermagem, agentes de saúde e do meio ambiente, atendentes de enfermagem, parteiras praticas e afins e auxiliares de laboratório de saúde, etc. O conjunto dos códigos selecionados foi o mais representativo para as mulheres (60,0%) residentes no rural. Para os homens, não houve dados significativos para essa categoria.

O conjunto da educação foi constituído por professores de disciplinas da educação geral de quinta a oitava série do ensino fundamental, professores de disciplina da educação geral do ensino médio, professores de nível médio do ensino fundamental, professores leigos do ensino fundamental, professores da educação infantil (nível superior), professores de disciplinas da educação geral de primeira a quarta série do ensino fundamental (nível superior), professores do ensino superior, professores de educação física e professores de nível médio na educação infantil. Essas ocupações são encontradas para mulheres — 63,5% do total do ramo da educação — residentes nas áreas rurais, nos anos analisados. Para os homens, a proporção dos códigos selecionados, no total dos códigos do ramo educação, é menor (38,5%), mas, mesmo assim, procuramos compará-los com os mesmo códigos correspondentes aos homens residentes urbanos ocupados na educação⁵.

⁴ Doravante, ao longo do texto denominaremos essa composição apenas por indústria, de acordo com a PNAD (Anexo 3, 2002; 2005), na qual consta: Indústria (indústria de transformação mais outras atividades industriais). As "outras atividades industriais" correspondem a: extração de carvão mineral; extração de petróleo, gás natural e serviços relacionados; extração de minerais metálicos; extração de minerais não-metálicos; eletricidade, gás e água quente; captação, tratamento e distribuição de água.

⁵ As mulheres rurais sulinas empregadas no ramo educação correspondiam a 82,2% do total (homens **mais** mulheres) de empregos nesse ramo.

No grupo do comércio, encontram-se as ocupações de representantes comerciais e técnicos de venda, caixas e bilheteiros (exceto caixa de banco), entregadores externos (exceto carteiros), vendedores e demonstradores em lojas ou mercados, vendedores ambulantes, trabalhadores de embalagem e de etiquetagem. Consideramos serem esses os códigos mais freqüentes, sendo que 61,93% das mulheres e 73,24% dos homens residentes rurais trabalhavam em alguma dessas ocupações, nos anos em questão.

O grupo da indústria⁶ é composto pelas ocupações de uma grande gama de setores que formam esses ramos de atividade. Resolvemos tratar conjuntamente esses dois setores, para possibilitar número suficiente de casos nas amostras das PNADs. Agregamos todos os códigos mais significativos desses dois ramos de atividades, que, juntos, atingiam 79,09% do total de homens rurais sulinos ocupados nesses ramos e 83,34% das mulheres rurais sulinas também ocupadas nesses ramos. Os setores que compõem esse ramo são, por exemplo, os das indústrias mecânica e metalúrgica, têxtil, do couro, do vestuário, de madeira e de móveis, de alimentação e bebidas, gráfica, de cerâmica e de vidros e outras indústrias de transformação, etc. Percebe-se que esse é o grupo mais heterogêneo e com maior número de ocupações para os empregados residentes rurais.

As ocupações que fizeram parte do grupo de transporte foram, basicamente, os motoristas⁷, operadores de equipamentos de elevação, os condutores de veículos sobre rodas (transporte coletivo), condutores de veículo sobre rodas (distribuidores de mercadoria). Esses profissionais correspondem a 56,36%, em média, dos empregados homens nesse grande grupo de ocupação para os residentes rurais. Esse grupo foi formado para que os códigos selecionados fossem mais freqüentes na amostra. Para esse ramo de transportes, não analisaremos a ocupação das mulheres, pelo fato de os códigos não se terem mostrado significativos na amostra da PNAD.

Para as atividades agrícolas, foram considerados os grupos de ocupações de trabalhadores rurais. O grupo de trabalhador rural compreende as seguintes ocupações: trabalhadores na pecuária, trabalhadores agrícolas e trabalhadores na exploração agropecuária em geral. Dentre os trabalhadores rurais (agrícolas), em média, 76,05% dos homens e cerca de 88,01% das mulheres estavam inseridos nessas ocupações citadas, nos anos analisados. Nesse grupo, os dados foram desagregados segundo empregados permanentes e empregados temporários.

⁶ Lembrando que indústria corresponde à "indústria de transformação" mais "outras atividades industriais", conforme nota 4.

⁷ Nas tabelas apresentadas ao longo do trabalho, chamaremos grupo de "motoristas".

A escolha das profissões citadas, bem como sua agregação em conjuntos (grupos) com características próximas, fundamenta-se na necessidade de um número mínimo de casos nas amostras das PNADs, de tal forma que os dados expandidos sejam suficientes para inferências mais seguras. Também são as profissões mais expressivas em termos de ocupação da PEA rural agrícola e não agrícola na Região Sul.

2.2 Metodologia da construção do Índice de Qualidade do Emprego

A adoção de um índice sintético de qualidade do emprego para o ordenamento e a comparação dos grupos de ocupações agrícolas e não agrícolas da PEA rural e urbana visa, através de um único número, apresentar a contribuição conjunta das diferentes variáveis utilizadas para a aferição de alguns aspectos que seriam desejáveis em qualquer tipo de trabalho. Tal índice não acrescenta informações às já existentes, mas se mostra uma forma mais sintética de expressar as informações originais dos indicadores (Kageyama; Rehder, 1993 *apud* Balsadi, 2000).

O conceito de qualidade do emprego pode variar segundo diversas perspectivas. Entretanto, o que se pretende é, a partir das variáveis selecionadas da PNAD, mensurar os efeitos de alguns itens relativamente consensuais sobre a qualidade do emprego, como o não-uso de trabalho infantil, a jornada regular semanal, a carteira assinada, a contribuição previdenciária, o rendimento e o recebimento de alguns auxílios.

Para construir o Índice de Qualidade do Emprego, os procedimentos básicos foram os que seguem, de acordo com a metodologia descrita por Kageyama e Rehder (1993 *apud* Balsadi, 2000).

Obtenção dos indicadores simples para 2002 e 2005, a partir das variáveis já trabalhadas nas PNADs. São eles:

- percentual de empregados com idade acima de 15 anos (Ninf), o que representa a proporção não infantil empregada;
- percentual de empregados com jornada semanal de até 44 horas (Jorn), o que corresponderia à dos empregados sem sobretrabalho;
- percentual de empregados com carteira assinada (Cart);
- percentual de empregados contribuintes da previdência social (Prev);
- rendimento médio mensal dos empregados no trabalho principal (Rend);
- percentual de empregados com remuneração acima de um salário mínimo (Npob);

- percentual de empregados que recebiam auxílio moradia (Auxmor);
- percentual de empregados que recebiam auxílio alimentação (Auxalim);
- percentual de empregados que recebiam auxílio transporte (Auxtrans);
- percentual de empregados que recebiam auxílio educação (Auxeduc);
- percentual de empregados que recebiam auxílio saúde (Auxsau).

Desses indicadores, apenas o rendimento médio mensal precisou ser padronizado para variar de 0 a 100, segundo a fórmula:

$$\frac{\text{valor} - \text{mínimo}}{\text{máximo} - \text{mínimo}}$$

onde o mínimo e o máximo são, respectivamente, os valores mínimo e máximo do rendimento encontrados em toda a série, possibilitando a comparação intertemporal.

Construção dos indicadores parciais, a partir das médias aritméticas dos indicadores originais, no sentido de captar três dimensões da qualidade do emprego, que estão relacionadas com o grau de formalização do trabalho, o rendimento obtido no trabalho principal e os auxílios recebidos pelos empregados. Assim, os três indicadores parciais foram obtidos da seguinte forma:

- Trabformal = $(Ninf + Jorn + Cart + Prev)/4$ indica o grau de formalização do trabalho e foi calculado dessa forma apenas para os homens;
- Trabrend = $(Rend_{\text{padronizado}} + Npob)/2$ agrega as duas variáveis de rendimento;
- Trabaux = $(Auxmor + Auxalim + Auxtrans + Auxeduc + Auxsau)/5$ agrega as variáveis de auxílios recebidos pelos empregados.

Obtenção do IQE, a partir das médias ponderadas dos indicadores parciais. O peso de cada indicador parcial para a composição do Indicador de Qualidade do Emprego busca refletir as diferentes contribuições relativas e foram construídos pelo sistema convencional de pesos, isto é, pelo próprio proponente do índice, a partir de um sistema de prioridades. Por isso, a ponderação pode gerar controvérsias, porque sempre envolve um certo grau de arbitrariedade dos autores, dada a importância atribuída para cada indicador parcial. Para atenuar esse problema, foram feitas três ponderações diferentes. A primeira, com o mesmo peso para os indicadores parciais, a segunda e a terceira, com pesos diferentes, aumentando-se o peso do indicador parcial de rendimento. Assim, as três ponderações utilizadas foram:

- IQE = $1/3$ Trabrend + $1/3$ Trabformal + $1/3$ Trabaux;
- IQE' = $0,40$ Trabrend + $0,40$ Traformal + $0,20$ Trabaux;
- IQE'' = $0,50$ Trabrend + $0,30$ Trabformal + $0,20$ Trabaux.

Como os indicadores originais não foram padronizados em função dos máximos e mínimos, com exceção do rendimento (mas levou-se em consideração os valores da série toda), o IQE obtido é passível de comparação intertemporal.

Para essa comparação, ainda de acordo com Kageyama e Rehder (1993 apud Balsadi, 2000), trabalhamos com a idéia de progresso relativo, calculado pela fórmula:

$$\frac{\text{valor do índice em } t_1 - \text{valor em } t_0}{100 - \text{valor em } t_0} \times 100$$

O denominador mostra o máximo crescimento que seria possível a partir do ano inicial (progresso possível), e o numerador indica o crescimento obtido de fato no período considerado (progresso efetivo). A razão entre os dois valores compreende a velocidade relativa da melhoria nas condições e na qualidade do trabalho (Kageyama; Rehder, 1993 apud Balsadi, 2000).

3 Análise dos resultados dos Índices de Qualidade do Emprego

Iniciaremos com os comentários referentes aos IQEs com pesos iguais para os três indicadores parciais, relacionados ao rendimento no trabalho principal, grau de formalização do trabalho e benefícios recebidos pelos trabalhadores empregados. Na seqüência, analisaremos os dois outros IQEs com pesos diferenciados para cada indicador parcial.

As Tabelas 1 e 2 mostram que, para os homens residentes rurais, os grupos de ocupações que estiveram entre os quatro melhores, no período considerado, foram os da indústria, educação, motoristas e comércio. Não incluímos entre estes o grupo de serviços domésticos, em virtude da sua expressiva redução no progresso relativo, que resultou na forte queda de posição, passando da primeira em 2002 para a sétima em 2005. Dos quatro melhores grupos citados, dois (educação e comércio) se mantiveram na mesma posição, e os outros dois melhoraram de posição, devido à melhor evolução no progresso relativo, especialmente o grupo de trabalhadores na indústria.

Tabela 1

Índices de Qualidade do Emprego (IQE) dos homens, segundo o local de domicílio e os grupos de ocupações selecionados na Região Sul — 2002 e 2005

GRUPOS DE OCUPAÇÃO	IQE		PROGRESSO RELATIVO (%)
	2002	2005	2002-2005
Trabalhadores agrícolas permanentes (RUR)	40,61	44,42	6,41
Trabalhadores agrícolas temporários (RUR)	25,53	24,10	-1,92
Trabalhadores da indústria e da indústria de transformação (RUR)	49,95	52,70	5,50
Trabalhadores da construção civil (RUR)	43,23	43,30	0,12
Trabalhadores do comércio (RUR)	44,76	44,84	0,14
Trabalhadores motoristas (RUR)	44,44	45,19	1,36
Trabalhadores da educação (RUR)	50,23	49,86	-0,74
Trabalhadores da saúde (RUR)	-	-	-
Trabalhadores dos serviços domésticos (RUR)	50,50	41,92	17,34
Trabalhadores agrícolas permanentes (URB)	37,95	43,05	8,21
Trabalhadores agrícolas temporários (URB)	26,07	30,24	5,64
Trabalhadores da indústria e da indústria de transformação (URB)	50,26	52,47	4,45
Trabalhadores da construção civil (URB)	37,02	37,69	1,07
Trabalhadores do comércio (URB) ..	42,36	44,27	3,32
Trabalhadores motoristas (URB) ..	50,59	48,27	-4,70
Trabalhadores da educação (URB) ...	51,12	51,49	0,75
Trabalhadores da saúde (URB)	-	-	-
Trabalhadores dos serviços domésticos (URB)	36,36	32,63	-5,87

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PNAD.

Tabela 2

Posição relativa dos grupos de ocupações dos homens empregados, residentes rurais e urbanos na Região Sul — 2002 e 2005

GRUPOS DE OCUPAÇÃO	TRABALHADORES RURAIS		TRABALHADORES URBANOS	
	2002	2005	2002	2005
Trabalhadores agrícolas permanentes	7º	5º	5º	5º
Trabalhadores agrícolas temporários	8º	8º	8º	8º
Trabalhadores da indústria e da indústria de transformação	3º	1º	3º	1º
Trabalhadores da construção civil	6º	6º	6º	6º
Trabalhadores do comércio	4º	4º	4º	4º
Trabalhadores motoristas	5º	3º	2º	3º
Trabalhadores da educação	2º	2º	1º	2º
Trabalhadores da saúde	-	-	-	-
Trabalhadores dos serviços domésticos	1º	7º	7º	7º

FONTE: Tabela 1.

Quanto aos outros grupos de emprego rurais, observa-se que foram a construção civil e os dois grupos de trabalhadores agrícolas, permanentes e temporários, que se encontravam em situações menos satisfatórias. O grupo de trabalhadores agrícolas temporários foi o que apresentou o pior indicador de qualidade entre os demais grupos, nos dois anos analisados. O grupo da construção civil manteve a terceira pior posição (sexta posição no *ranking* geral). Os trabalhadores agrícolas permanentes apresentaram o mais elevado progresso relativo, que o tirou da sétima posição em 2002 para a quinta em 2005, deixando-o numa posição um pouco menos desfavorável entre esses grupos com indicadores menos satisfatórios.

Considerando-se essas primeiras observações, os resultados estão apontando para o fato de que os empregos **não agrícolas** exercidos pelos residentes rurais sulinos apresentam melhores indicadores de qualidade do que os empregos agrícolas — a única exceção é a do serviço doméstico, que, no período analisado, oscilou muito de posição, caindo da primeira para a sétima, de modo que preferimos colocá-lo na mesma condição dos empregos agrícolas (o que não seria o caso, se a evolução do progressivo relativo fosse em sentido contrário). O que esses resultados estão mostrando, portanto, é que a inserção dos residentes rurais sulinos no mercado de trabalho não agrícola, no período anali-

sado, significou a obtenção de melhores condições de trabalho em comparação com os empregos agrícolas⁸ — os trabalhadores agrícolas temporários mantiveram-se em piores condições até mesmo em relação à construção civil e aos serviços domésticos.⁹

Sem entrar em detalhes quanto aos grupos de ocupação urbanos, importa destacar algumas observações relevantes. Entre os residentes urbanos, os empregos com condições de trabalho mais desfavoráveis também eram os serviços domésticos, a construção civil e os dois grupos de trabalho agrícola, temporário e permanente. Os quatro mantiveram a mesma posição nos dois anos em análise. Contudo pode-se ver que assim como para os empregados rurais, também para os empregados urbanos a pior condição de trabalho é a dos trabalhadores agrícolas temporários (os volantes, bóias-frias), que residem tanto nas áreas rurais como nas periferias das cidades. Quanto aos trabalhadores agrícolas permanentes sulinos, as condições de trabalho destes, sejam residentes rurais, sejam urbanos, só se apresentam melhores em contraposição aos grupos de trabalhadores da construção civil e dos serviços domésticos.

Pode-se observar também, na comparação entre a qualidade do emprego rural e urbano, que existem algumas proximidades entre os grupos de emprego dos homens residentes rurais e urbanos. Essa proximidade pode ser observada para os grupos da indústria, do comércio e da educação. Essa maior proximidade dos indicadores, observada para esses três grupos, demonstra que o fator determinante para a obtenção de melhores condições de trabalho e, portanto, de melhores Indicadores de Qualidade do Emprego não é o local de residência do trabalhador. Os únicos casos em que as diferenças dos indicadores são mais acentuadas e favoráveis aos trabalhadores urbanos são os dos grupos de motoristas e de trabalhadores agrícolas temporários. Os grupos de trabalhadores agrícolas permanentes, da construção civil e dos serviços domésticos apresentaram maiores diferenças dos indicadores, e mais favoráveis, para os residentes rurais.

Ao analisarmos o progresso relativo dos grupos de empregos dos residentes rurais, notamos que, em geral, os valores são baixos ou negativos — únicas exceções para os grupos de trabalhadores agrícolas permanentes (6,41%) e de trabalhadores da indústria (5,50%), o que fez com que melhorassem suas posições no *ranking*. Os trabalhadores agrícolas temporários, além de se terem mantido na pior posição nos dois anos analisados, ainda apresentaram progres-

⁸ Resultado semelhante foi também encontrado em São Paulo por Balsadi (2000).

⁹ Os serviços domésticos exercidos pelos homens, em geral, são as atividades de caseiro, jardineiro, motorista da família, etc. (Nascimento, 2002).

so relativo negativo. Por outro lado, cabe observar que, de forma quase generalizada, os grupos de ocupações dos trabalhadores assalariados urbanos sulinos apresentaram progressos relativos dos seus respectivos IQEs mais elevados do que os grupos de ocupações dos trabalhadores assalariados rurais sulinos — exceção única do grupo de motoristas. Esse dado revela que, embora possam ser registrados casos de proximidade dos indicadores de qualidade entre o rural e o urbano para certos grupos de emprego, ainda assim, é no urbano que tem havido um progresso relativo mais acentuado dos indicadores.

Os grupos de emprego das mulheres residentes rurais sulinas (Tabelas 3 e 4) que se destacaram como os melhores foram indústria, comércio, educação e saúde. Em primeiro e terceiro lugares, respectivamente, figuraram a indústria e a educação, nos dois anos analisados, consecutivamente. Já o grupo do comércio e o da saúde revezaram entre si as posições de segundo e quarto lugares. De forma semelhante ao verificado com os homens, as piores posições foram as dos grupos de mulheres trabalhadoras agrícolas temporárias, de trabalhadoras agrícolas permanentes e de serviços domésticos. No ano de 2005, o grupo das trabalhadoras agrícolas permanentes só ficou em uma posição melhor do que os serviços domésticos porque aquele grupo apresentou um forte crescimento no progresso relativo (23,26%).

Esses dados indicam que, para as mulheres trabalhadoras assalariadas rurais sulinas, a inserção no mercado de trabalho não agrícola — com exceção do serviço doméstico — tem-se mostrado mais favorável, em termos dos Indicadores de Qualidade do Emprego, do que a inserção em atividades agrícolas assalariadas, seja como trabalhadoras permanentes, seja como temporárias. Essa observação é relevante, uma vez que se deve considerar que a participação relativa do emprego feminino em serviços domésticos no total dos empregos não agrícolas assalariados (ou não remunerados) femininos é de 25,2%. Esse dado demonstra que ainda um quarto dos empregos rurais não agrícolas femininos sulinos é de baixa qualidade, o que sugere, portanto, que a inserção das mulheres rurais em outros empregos não agrícolas pode resultar em melhorias substanciais nas condições de trabalho. Observações semelhantes a essas também podem ser feitas em relação às trabalhadoras empregadas, residentes nas áreas urbanas.

Tabela 3

Índices de Qualidade do Emprego (IQE) das mulheres, segundo o local de domicílio e os grupos de ocupações selecionados na Região Sul — 2002 e 2005

GRUPOS DE OCUPAÇÃO	IQE		PROGRESSO RELATIVO (%)
	2002	2005	2002-2005
Trabalhadores agrícolas permanentes (RUR)	27,23	44,16	23,26
Trabalhadores agrícolas temporários (RUR)	26,09	27,55	1,97
Trabalhadores da indústria e da indústria de transformação (RUR)	57,23	54,22	-7,05
Trabalhadores da construção civil (RUR)	-	-	-
Trabalhadores do comércio (RUR)	43,61	49,85	11,07
Trabalhadores motoristas (RUR)	-	-	-
Trabalhadores da educação (RUR)	53,50	49,16	-9,33
Trabalhadores da saúde (RUR)	53,86	47,98	-12,73
Trabalhadores dos serviços domésticos (RUR)	32,51	32,91	0,60
Trabalhadores agrícolas permanentes (URB)	47,82	48,49	1,27
Trabalhadores agrícolas temporários (URB)	23,17	33,23	13,09
Trabalhadores da indústria e da indústria de transformação (URB)	47,35	49,24	3,59
Trabalhadores da construção civil (URB)	-	-	-
Trabalhadores do comércio (URB)	46,75	45,39	-2,55
Trabalhadores motoristas (URB)	-	-	-
Trabalhadores da educação (URB)	51,01	51,84	1,68
Trabalhadores da saúde (URB)	52,25	47,33	-10,31
Trabalhadores dos serviços domésticos (URB)	33,39	34,44	1,58

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PNAD.

Tabela 4

Posição relativa dos grupos de ocupações das mulheres empregadas, residentes rurais e urbanos na Região Sul — 2002 e 2005

GRUPOS DE OCUPAÇÃO	TRABALHADORES RURAIS		TRABALHADORES URBANOS	
	2002	2005	2002	2005
Trabalhadores agrícolas permanentes	6º	5º	3º	3º
Trabalhadores agrícolas temporários	7º	7º	7º	7º
Trabalhadores da indústria e da indústria de transformação	1º	1º	4º	2º
Trabalhadores da construção civil	-	-	-	-
Trabalhadores do comércio	4º	2º	5º	5º
Trabalhadores motoristas	-	-	-	-
Trabalhadores da educação	3º	3º	2º	1º
Trabalhadores da saúde	2º	4º	1º	4º
Trabalhadores dos serviços domésticos	5º	6º	6º	6º

FONTE: Tabela 3.

Diferentemente do que foi observado para os homens, no tocante às mulheres, existem menos casos de proximidade dos indicadores de qualidade das condições de trabalho entre os grupos urbanos e os rurais. E as diferenças ora são favoráveis aos residentes urbanos, ora aos rurais, dependendo, em vários casos, do ano que se observa. O exemplo em que se verifica uma maior proximidade, nos dois anos analisados, é o do grupo de serviços domésticos, mas com favorecimento para as mulheres residentes urbanas. Uma maior diferença, nos dois anos, pode-se ver no caso do grupo de trabalhadoras agrícolas permanentes, favorável às residentes urbanas. Já na situação do grupo da indústria, a maior diferença é favorável às trabalhadoras rurais, nos dois anos.

A seguir, são apresentados os resultados obtidos para as outras duas ponderações adotadas, as quais dão mais peso para os indicadores de rendimento no trabalho principal e no grau de formalização do trabalho ($IQE' = 0,40 \text{ Trabrend} + 0,40 \text{ Trabformal} + 0,20 \text{ Trabaux}$; e $IQE'' = 0,50 \text{ Trabrend} + 0,30 \text{ Trabformal} + 0,20 \text{ Trabaux}$). As tabelas contendo as novas ponderações não serão apresentadas em razão da restrição de espaço.

Com as novas ponderações, não percebemos grandes alterações nos IQEs. Houve pequenas alterações nas posições relativas dos grupos de ocupação

selecionados, principalmente daqueles dos residentes rurais, evidenciando que as diferentes ponderações pouco modificaram a situação mais desfavorável para as ocupações agrícolas no tocante à qualidade do emprego. Ou seja, independentemente das ponderações utilizadas, os grupos de ocupações agrícolas — juntamente com os grupos serviços domésticos e construção civil — sempre ficaram nas últimas posições, pelo fato de possuírem indicadores parciais mais desfavoráveis. De uma forma geral, estas são as observações que também se verificam — e que importa fazer — em relação aos trabalhadores urbanos. Em suma, os piores indicadores são apresentados pelo grupo de trabalhadores agrícolas temporários, que perde até para os grupos dos serviços domésticos e construção civil. O grupo dos trabalhadores agrícolas permanentes rurais, homens e mulheres, só ganha do grupo dos serviços domésticos.

Os resultados para o IQE' mostram que as únicas alterações para os grupos de ocupações dos homens empregados residentes rurais, nos anos considerados, foram os seguintes: o grupo dos trabalhadores agrícolas permanentes piora de posição, passando da quinta para a sexta posição em 2005; o grupo de comércio inverte as posições com o grupo de motoristas, da terceira para a quarta, e vice-versa, em 2005; enquanto o grupo da indústria sobe da terceira para a segunda posição; e o grupo da educação sobe da segunda para a primeira posição, o grupo do serviço doméstico cai da primeira para a terceira posição em 2002 (com o IQE', a queda do progresso relativo dos serviços domésticos é ainda maior (-22,29%) em relação ao verificado com o IQE na Tabela 1 (-17,34%); a construção civil melhorou um pouco, passando da sexta para a quinta posição.

Os resultados para o IQE", em que é dado o maior peso para o rendimento, mostram que as alterações ocorridas em relação à primeira ponderação (1/3, 1/3, 1/3) foram, para os trabalhadores homens rurais, as seguintes: mantém-se a forte queda no progresso relativo do grupo de serviços domésticos (-21,47%), fazendo com que este permaneça como o segundo pior indicador de qualidade das condições de trabalho, ganhando somente do grupo de trabalhadores agrícolas temporários; novamente, os grupos de comércio e motoristas revezaram entre si as posições, a terceira com a quarta, em 2005; os grupos trabalhadores agrícolas permanentes e construção civil também revezaram entre si as posições, quinta e sexta, em 2005. Enfim, em geral, mantiveram-se as posições do primeiro IQE, em que as piores condições de trabalho são as dos empregos agrícolas, especialmente os temporários, e as dos serviços domésticos, seguidas pelas da construção civil. Em alguns casos, verificam-se proximidades dos indicadores entre os grupos rurais e os urbanos e, em outros, algumas maiores diferenças, ora favoráveis a certos grupos de emprego de residentes rurais, ora a certos grupos de emprego de residentes urbanos. Essas nuances são bastan-

te semelhantes nos três indicadores gerais, revelando a baixa sensibilidade desses indicadores gerais às alterações nas ponderações dos indicadores parciais.

Para as mulheres trabalhadoras assalariadas residentes rurais, o principal aspecto a ser destacado refere-se ao fato de que no IQE' são poucas e pequenas as alterações ocorridas em relação ao IQE (Tabelas 3 e 4), semelhantemente ao ocorrido com os homens, ou seja, uma menor ponderação para os auxílios influenciou muito pouco no índice de qualidade do emprego tanto no que se refere às diferenças dos índices entre os grupos de ocupação, quanto em relação ao *ranking* das posições relativas dos distintos grupos.

O que importa destacar também é que, independentemente da ponderação adotada para o IQE, os empregos agrícolas temporários das mulheres residentes rurais ou urbanas disputam os piores indicadores juntamente com o grupo dos serviços domésticos. O grupo de trabalhadores agrícolas permanentes urbanos, que tinha uma boa posição (terceira) no primeiro indicador (IQE), perdeu posição (no IQE') quando foram alteradas as ponderações favoráveis a rendimentos e formalidade.

Quanto ao IQE" relativo às mulheres trabalhadoras rurais, a única alteração que houve em relação ao IQE das Tabelas 3 e 4 foi que as trabalhadoras agrícolas temporárias passaram para uma posição melhor que a das trabalhadoras agrícolas permanentes em 2002; ambos os grupos permanecendo nas piores posições, juntamente, mais uma vez, com o grupo dos serviços domésticos.

As situações são também pouco alteradas, para os grupos de emprego das mulheres sulinas com residência urbana, com a mudança nas ponderações dos indicadores parciais. Outra vez, observa-se que os grupos de trabalhadoras agrícolas temporárias e os de serviços domésticos permaneceram com os Indicadores de Qualidade do Emprego menos satisfatórios e que, novamente, o grupo de trabalhadoras agrícolas permanentes urbanas tem melhores condições de trabalho que o grupo do comércio.

Em geral, portanto, as alterações não modificam significativamente as posições dos grupos com melhores e piores condições de trabalho feminino.

Em suma, as alterações nas ponderações dos indicadores parciais que compõem o IQE para as mulheres praticamente não denotaram mudanças significativas no comportamento observado para o progresso relativo, o que deixa claro que uma menor ponderação para os auxílios pouco influencia o índice de qualidade do emprego rural feminino. As modificações não foram acentuadas. É visível que, em geral, as trabalhadoras das atividades agrícolas temporárias e as dos serviços domésticos aparecem em pior situação, em relação às condições de trabalho, que nas demais atividades.

4 Considerações finais

Com a finalidade de analisar a qualidade do emprego das pessoas, homens e mulheres, residentes no meio rural da Região Sul, nos anos de 2002 e 2005, construímos Índices de Qualidade do Emprego que possibilitaram a comparação da qualidade dos empregos, rurais e urbanos, nas atividades agrícolas e nas não agrícolas.

Os resultados obtidos com os Índices de Qualidade do Emprego evidenciaram que, para os homens empregados residentes rurais, os grupos de ocupações não agrícolas selecionados apresentaram melhores condições de trabalho do que os grupos de trabalhos agrícolas permanentes e temporários, à exceção dos grupos serviços domésticos e construção civil, que dividem as piores posições com as atividades agrícolas. Outro resultado importante para os empregados homens residentes no meio rural não metropolitano sulista foi a aproximação dos Indicadores da Qualidade do Emprego com os dos empregados residentes urbanos nos grupos de emprego da indústria, comércio e educação, mostrando que o local de residência do trabalhador, se rural ou urbano, não é o mais decisivo para o indicador das condições de trabalho.

Para as mulheres empregadas no meio rural, o que se percebe é que o ingresso nas atividades não agrícolas é uma forma de estas obterem melhores condições de trabalho em comparação com as atividades agrícolas. Um fato importante que deve ser considerado é que as mulheres empregadas no serviço doméstico apresentam um índice desfavorável, e esse é o ramo de ocupação que mais emprega mulheres no meio rural sulino.¹⁰ O grupo dos serviços domésticos só apresenta melhor colocação no Índice de Qualidade do Emprego em relação às mulheres empregadas no trabalho agrícola temporário, ou seja, esses números podem estar indicando que, a despeito da precariedade dessa atividade, é melhor ser doméstica do que bóia-fria/volante (o mesmo verificado para os homens). Balsadi (2000) fez observação semelhante em relação ao rural de São Paulo. Nascimento (2002), também corroborando essa observação, mostra que as famílias agrícolas que tinham algum membro ocupado em serviços domésticos remunerados apresentavam um nível de renda melhor do que as famílias estritamente agrícolas.

Na verdade, de forma quase geral, os IQEs (IQE, IQE' e IQE'') chegam no máximo a 50% de seu valor, poucas vezes ultrapassam esse valor e muito

¹⁰ Dos empregos assalariados femininos sulinos, 25,2% é a participação dos serviços domésticos, seguidos pela indústria de transformação (24,4%), educação e saúde e serviços sociais juntos (23,0%), comércio (11,7%) e os demais ramos juntos (15,7%), em 2005.

raramente ultrapassam 60% do valor do Índice, segundo os critérios selecionados para nosso estudo. Como foi possível perceber, o IQE varia numa proporção de 0 a 100, o que significa que, quanto mais próximo de 100, melhor a qualidade do emprego. Assim, toda a análise feita comparando os IQEs entre os grupos de atividades agrícola e não agrícola e entre o rural e o urbano baseou-se em níveis de qualidade dos empregos que em geral são relativamente baixos, considerando as variáveis utilizadas para a construção dos IQEs. Em São Paulo, Balsadi (2000) encontrou IQEs um pouco mais elevados, com alguns casos alcançando 70%, entre homens e mulheres, em 1998.

Os resultados dos IQEs obtidos para os homens e as mulheres fornecem subsídios interessantes no que se refere à formulação de políticas de geração de emprego e renda para a população sulina residente no meio rural. Se, por um lado, o fomento às atividades não agrícolas tem efeito positivo em termos de melhoria da qualidade do emprego e, por conseguinte, das condições de vida dos trabalhadores com residência rural, por outro, ainda resta um grande desafio, que é definir políticas que gerem mais empregos na agricultura e, ao mesmo tempo, melhorem as condições de trabalho das pessoas nela empregadas — como também em relação às condições das atividades não agrícolas, que não se mostraram tão melhores.

No entanto, o que percebemos é que essa necessária integração entre atividades agrícolas e não agrícolas, gerando melhores condições de emprego e, conseqüentemente, qualidade de vida para a população, ainda é um desafio para as políticas públicas, já que seria necessária a formulação de projetos de desenvolvimento rural que abordem novas questões para além das velhas questões ligadas exclusivamente às atividades agrícolas, à medida que, cada vez mais, a literatura aponta para um mundo rural, cuja dinâmica não se explica mais somente, nem majoritariamente, pelas atividades agrícolas, mas, de forma crescente, pelas atividades não agrícolas e pelas novas funções que as áreas rurais oferecem (sobre essa nova abordagem, ver, por exemplo, Campanhola e Silva (2000; 2004), Grossi (1999), Abramovay (2000) e Veiga (2001; 2006).

Por fim, o estudo levanta possíveis questões para serem tratadas em futuras pesquisas, com o devido aprofundamento teórico e empírico, para explicar, por exemplo: (a) por que as condições de trabalho são melhores nos empregos em serviços domésticos e em trabalhos agrícolas permanentes para os homens residentes nas áreas rurais do que para os residentes em áreas urbanas; (b) por que o grupo urbano de mulheres trabalhadoras agrícolas permanentes apresenta melhores condições de trabalho que o grupo urbano de trabalhadoras do comércio; (c) por que, de forma quase geral, os grupos de empregos dos residentes urbanos apresentam maior progresso relativo do que os grupos de empregos dos residentes rurais; (d) o que explica o fato de alguns grupos de emprego

terem indicadores de qualidade próximos e outros grupos obterem indicadores com maiores diferenças, entre os trabalhadores residentes rurais e urbanos; (e) por fim, mas sem esgotar as questões que podem ser suscitadas a partir dos dados e análises aqui apresentados, poder-se-ia verificar se a mesma análise revelaria resultados muito diferenciados se for feita para cada um dos estados da Região Sul.

Referências

- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, São Paulo, v 4, p. 379-397, 2000.
- ARKLETON TRUST. **Adaptation des menages agricoles en Europe Occidentale 1987-1991** — Rapport final du programme de recherche sur les structures et la pluriactivite des menages agricoles. Luxembourg: Commission Européenne, 1992.
- BALSADI, O. V. **Características do emprego rural no Estado de São Paulo nos anos 90**. Campinas, SP: Unicamp, 2000. Dissertação (Mestrado) — Instituto de Economia, Unicamp, 2000.
- BALTAR, P.; DEDECCA, C.; HENRIQUES, W. **O comportamento da estrutura ocupacional brasileira nos anos 80**. Campinas: IE/UNICAMP, 1982. (Relatório de pesquisa).
- CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. Graziano da (Org.). **O novo rural brasileiro**. Brasília, DF: Embrapa; Informação Tecnológica, 2000. 4 v.
- CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. Graziano da (Org.). **O novo rural brasileiro**. Brasília, DF: Embrapa; Informação Tecnológica, 2003. 3 v.
- ESTRADA, E. Moyano. Las políticas de desarrollo rural. In: SHIKI, S. *et al.* **Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do Cerrado Brasileiro**. Uberlândia. EMBRAPA; UNICAMP; UFU, 1997.
- GROSSI, M. E. Del. **Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro**. Campinas: IE/UNICAMP, 1999. Tese (Doutorado) — Instituto de Economia, Unicamp, 1999.
- KAGEYAMA, A.; REHDER, P. O bem-estar rural no Brasil na década de oitenta. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 23-44, jan./mar. 1993.

MATTOSO, J. E. ; BALTAR, P. E. A. Transformações estruturais e emprego nos anos 90. Campinas, SP: UNICAMP, 1996. (Cadernos do CESIT, n.21).

NASCIMENTO, C.A. **Evolução das famílias rurais no Brasil e Grandes Regiões**: pluriatividade e trabalho doméstico, 1992-1999. Campinas: UNICAMP, 2002. Dissertação (Mestrado) — Instituto de Economia, Unicamp, 2002.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS — PNAD. Microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. CD-ROM.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS — PNAD. Microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2005. CD-ROM.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS — PNAD. Microdados: composição dos grupamentos de atividades. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. CD-ROM. Anexo 3.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS — PNAD. Microdados: composição dos grupamentos de atividades. Rio de Janeiro: IBGE, 2005. CD-ROM. Anexo 3.

POCHMANN, M. **A década dos mitos**. São Paulo: Contexto, 2001.

POCHMANN, M. **A epidemia do emprego no Brasil**: atualidade e perspectiva. Campinas: Unicamp, 2000.

SILVA, J. Graziano da. **O novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP, 1999. (Coleção pesquisas, 1).

VEIGA, J. E. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.15, n.43, p.101-119, 2001.

VEIGA, J. E. Nascimento de outra ruralidade. **Estudos Avançados**, v. 20, p. 333-353, 2006.